

# *As trilhas da pesquisa em assentamentos de reforma agrária: continuidades e descontinuidades nas relações de gênero*

Marisa de Fátima Lomba de Farias\*

**Resumo:** Este artigo demonstra a ambigüidade da vida-travessia de mulheres com experiências rurais e urbanas. Hoje, vivem nos assentamentos de reforma agrária e suas lutas para a conquista de participação com igualdade nas instâncias decisórias e nas famílias são singulares. As trilhas da pesquisa demonstram que se trata de um processo ambíguo, conflituoso, porém, significativo para a transformação qualitativa das relações de gênero.

**Palavras-chave:** relações de gênero, assentamentos, experiência.

**Abstract:** This article shows that the ambiguity in the life-crossing of women who have urban and rural experience. Nowadays, they live in agrarian reform settlements and their struggle for equal participation in both decision-making and family situations is hard. This research suggests that this is a highly ambiguous and painful. Yet, it is meaningful to the qualitative transformation of the gender relations.

**Keywords:** gender relations, settlements, experience.

## **1. Apresentação do tema: as/os caminantes que desejam uma vida com fartura**

O estado de Mato Grosso do Sul apresenta um número significativo de assentamentos de reforma agrária. Computa-se 172 efetivados de 1984 a 2008. Esta ampla instalação resulta em mudanças na apropriação do território. Contudo, este crescimento não aponta para o necessário e o desejado pelos movimentos sociais. Tratam-se, porém, de medidas importantes para a inclusão social de 31.472 famílias, em uma área de 706.023,6364 ha.<sup>1</sup>

Tais modificações são observadas de diferentes modos nas estradas, desde a paisagem que é modelada pela presença de casas mais próximas umas das outras, característica que demonstra a existência de pequenas propriedades, quase sempre, envoltas de árvores e de flores, até a possibilidade de visualizar pessoas “na lida”, capinando ou conduzindo animais.

Importantes também são as transformações ocorridas nas pequenas cidades que se localizam próximas a algum assentamento, como se verifica nos municípios de Nova Andradina e de Itaquiraí. Esses municípios apresentam um processo de crescimento considerável e uma movimentação constante de pessoas do campo em suas ruas e no comércio.

Estas situações geram renda para as cidades, trazida pela implantação de assentamentos em toda a região, o que amplia o poder econômico das famílias, pois estas passam a consumir maior quantidade de bens de consumo e duráveis, além de o aumento de arrecadação de impostos municipais observado nos períodos nos quais os/as assentados/as entregam as notas na Agência Fazendária, dentre outras situações que podem ser observadas *in loco* nos municípios. Há, portanto, a apropriação deste espaço de maneira a incluir outros referenciais e modos de vidas, imprimindo cores e sentidos nas relações urbanas, antes, nunca vistos.

Nesse cenário, constituem-se transformações arraigadas aos corpos das pessoas que transitam pelas ruas e que também se incorporam nas conversas em esquinas e nas vestimentas de crianças. Fica difícil delimitar o que é do campo e o que é da cidade, mesmo com as especificidades que não se apagam. São as presenças e as ausências, a incompletude e o fazer-se constante.

\* Professora do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais e do Mestrado em História da Faculdade de Ciências Humanas (FCH) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). As pesquisas que são citadas neste artigo e que são as referências para esta reflexão são financiadas pela UFGD, FUNDECT e CNPq. E-mail para contato: marisa.lomba@ufgd.edu.br  
<sup>1</sup> Fonte: Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul. Atualizado em 12/03/08/Divisão de Desenvolvimento de Projetos/SIPRA.

## Dossiê Campo e Cidade

O espaço social, desse modo, é uma realidade constituída por relações sociais múltiplas, ora mais sólidas, ora mais transitórias diante da concretude da vida de pessoas que são do campo e da cidade. Pessoas que vivem conflitos diversos, mas, continuam na busca por reconhecimento, respeito e valorização social, em um movimento sem interrupção.

Tal realidade encanta e, ao mesmo tempo, exige um olhar teórico-metodológico cujo centro deve ser as pessoas que, segundo Guimarães Rosa, “[...] não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando. Afinam ou desafinam [...]”<sup>2</sup>. São pessoas que não podem ser enquadradas em esquemas explicativos que impedem o afloramento das ambigüidades, das angústias, das incertezas próprias da vida cotidiana, “Uma tristeza que até alegre [...]”<sup>3</sup> que se solidifica ou se torna líquida<sup>4</sup> nos assentamentos de reforma agrária, onde se aglutinam marcas de culturas, de concepções de mundo e de valores de grupos distintos, em um diálogo de saberes.

O único compromisso que “trago no peito” é a responsabilidade de respeitar a vida que é traçada em caminhos tortuosos, difíceis, *insatisfeitos*, mas, também, poéticos, alegres e de encantamentos, procurando valorizar “os gostares”<sup>5</sup>, como afirma Guimarães Rosa: “Tem horas em que penso que a gente carecia, de repente, de acordar de alguma espécie de encanto. As pessoas, e as coisas, não são de verdade!”<sup>6</sup>

Todas essas ambigüidades incentivam minhas “trilhas” de pesquisas nos assentamentos de reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul em um espaço temporal que envolve o início da década de 1990 e chega aos dias atuais. Trata-se de um processo dinâmico e rico de experiências ao desenvolver pesquisas individuais e coletivas.

Procuro desenvolver análises ancoradas nas metodologias da História Oral, valorizando e respeitando as lembranças que emergem em um exercício da memória ao trazer à tona o vivido social passado, recomposto e refortalecido diante das agruras e das dificuldades encontradas na trajetória de vida, mas também diante das conquistas.

Para alcançar o objetivo de caracterizar o vivido social das famílias, com um olhar cuidadoso para as relações de gênero, em especial na tentativa de compreender a vida das mulheres, utilizo as entrevistas que são realizadas com perguntas abertas e fechadas. Entretanto, valorizo a observação direta ocorrida no convívio com os grupos nos assentamentos, nas festas, nas reuniões, como também nas conversas informais nos bares, nas estradas e nas escolas. Enfim, são momentos nos quais as pessoas demonstram liberdade para falar, sem medo do gravador, o que ocorre em alguns casos.

Outra alternativa metodológica utilizada são as fontes iconográficas, pois estas permitem a composição de um quadro envolvendo registros fotográficos passados – geralmente cedidos por famílias e lideranças dos assentamentos ou ainda recortes de jornais, documentos do Incra, dentre outros – e presentes constituídos por registros realizados em visitas às famílias.

Por meio deste conjunto de técnicas, procuro analisar este vivido que se orienta por um processo de definições das representações sociais impregnadas de manifestações culturais do rural e do urbano, delineando uma especificidade ao tecido social e aos projetos familiares, com perspectivas de gênero. Para compreender esse vivido, tenho uma preocupação especial direcionada às mulheres e as suas resistências cotidianas, concretas e simbólicas.

Esta escolha, pelas mulheres e por suas famílias, não se deu aleatoriamente, mas diante da observação da participação feminina *na luta pela terra* – nos acampamentos – e *na luta na terra* – nos assentamentos. As mulheres participam dos dois momentos dessa luta, porém vivem com múltiplas dificuldades e obstáculos, que se acirram quando conquistam a terra, tais como: tempo disponível para participarem de reuniões, assembléias, manifestações e ainda convivem com a obrigação do cuidado com a casa e com os/as filhos/as. Além disso, vêem-se diante dos preconceitos, das situações de inferiorização, da falta de espaço nos

<sup>2</sup> ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 39.

<sup>3</sup> Idem, *ibid.*, p. 42.

<sup>4</sup> Tomo de empréstimo o termo utilizado por Bauman para explicar a “modernidade atual”. BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

<sup>5</sup> ROSA, op. cit., p. 66.

<sup>6</sup> Idem, *ibid.*, p. 100.

âmbitos de poder. Portanto, estando na terra, a participação feminina perde força, exige maior esforço e não apresenta a mesma visibilidade dos acampamentos.

Somados a isso, existem os problemas mais gerais, principalmente, no que tange ao desejo destas mulheres e de suas famílias de terem uma vida de fartura. Este desejo nem sempre é possível diante dos obstáculos no processo produtivo que, em alguns casos, absorvem todas as forças materiais e simbólicas das pessoas. Tais problemas se intensificam frente a um projeto de Reforma Agrária responsável pela democratização das terras, porém desvinculado de um projeto mais amplo de questionamento do modelo de desenvolvimento.

Presencia-se um modelo único idealizado pelo Estado e alicerçado nas referências economicistas voltadas aos interesses do mercado, sem respeito às especificidades territoriais e culturais ou ao modo de vida das famílias.

Este modelo precisa ser alterado com o objetivo de ir para além da democratização de terras e permitir suscitar mudanças qualitativas na vida das famílias. Portanto, almeja-se estruturar alternativas pautadas em princípios valorativos da condição humana. Assim, há uma urgência em pensar sobre o projeto de reforma agrária em vigor, pois este é direcionado a mulheres e homens que são do campo e da cidade. São *caminhantes* que aspiram uma vida de fartura, de sossego e de reconhecimento da sua humanidade em trajetórias de vida marcadas por idas e vindas, cuja terra se coloca como um horizonte possível.

Quando a terra se transforma em uma aspiração, as famílias passam a lutar por ela com afinco e, de modo geral, envolvem-se em movimentos sociais<sup>7</sup> com orientações políticas e ideológicas diversas. Esses movimentos representam um espaço comunicativo<sup>8</sup> onde estas famílias reconsideram seu modo de vida, em um movimento entre permanências e mudanças de valores, de crenças e de ideologias.

Neste ínterim, lançam mão dos quadros sociais da memória<sup>9</sup>, pois é nesta que encontram o alicerce para a continuidade da luta pela terra e tal memória é formada por caracteres rurais e urbanos. Na memória destas pessoas, estão os registros que as fazem pertencentes legítimas da terra, seja em tempos remotos ou recentes.

Ou ainda, o direito de chegar ou voltar a terra, se valida perante uma relação direta ou indireta com ela. Estar-se-á falando que, diretamente, estas pessoas podem ter vivido em uma terra na condição de meeiras, arrendatárias, dentre outras categorias. Indiretamente, elas podem apresentar uma relação mais longínqua com ela, seja na infância, na família através da oralidade e das narrativas de seus pais/mães, avós/avôs.

Neste processo considero a família o primeiro núcleo de definição de valores e costumes. Estes, ao longo da vida das mulheres e dos homens, sofrem diversas transformações, mas não desaparecem por completo, ao contrário, não se perde a dimensão de um aprendizado passado e significativo. Nesse sentido, a família parece ser o núcleo fundamental na vida dessas mulheres e desses homens. Mesmo que seus *habitus*<sup>10</sup> sofram transformações, mantêm fortes resquícios que perduram por toda a existência humana.

Veja-se que ao falar do vivido, do presente, facilmente as pessoas entrevistadas se reportam a uma experiência de sua infância. As imagens do passado são revividas no presente, às vezes com saudade, com angústia, mas uma vivência que povoa a memória de mulheres e de homens. Muitas figuras reaparecem, principalmente, mães, pais, avós, avôs, como também tios e tias, que de certa forma deixaram marcas e contribuíram para a constituição do *habitus* dessas pessoas.

São as representações que envolvem a terra como *presenças* e *ausências* de um significado registrado na memória individual e coletiva, revigorado quando há a necessidade de fortalecimento de uma identidade ligada a terra de trabalho e de moradia.

Com estas considerações iniciais, quero salientar que para compreender o campo e a cidade, é fundamental um olhar teórico que não exclua os *possíveis* das

<sup>7</sup> No estado de Mato Grosso do Sul existem vários movimentos sociais que lideram a luta pela terra, o que pode ser conferido em: FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. 2002. *Assentamento Sul Bonito: as incertezas da Travessia na Luta pela Terra*. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista. Araraquara.

<sup>8</sup> FARIAS, op. cit.

<sup>9</sup> Idem, *ibid*.

<sup>10</sup> ORTIZ, Renato (Org). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

## Dossiê Campo e Cidade

caminhadas e das andanças que marcam os corpos e as memórias de mulheres e homens, de onde exalam os cheiros e os modos de vida que os fazem *caminhantes* que lutam por terra e demonstram a correlação entre os valores destes espaços sociais.

Como já salientei, para pensar a vida no campo, é preciso despreendimento de amarras teórico-metodológicas que estabeleçam análises pautadas em dicotomias, formalizações e fragmentações, na tentativa de descrever, definir ou delimitar o que é do campo e o que é da cidade. Isto demarca um modo de vida e do outro ou o que é melhor ou pior.

É possível a percepção do quão a realidade é heterogênea e conflituosa, pois é impossível tecer afirmações definitivas sem a contemplação do máximo de fatores que demarcam a vida nos assentamentos, que estão, além disso, em constante movimento e reconstruções. Assim, espera-se a construção de uma análise incansável no sentido de realizar, segundo Ortiz uma:

[...] ruptura com as evidências da sociologia espontânea é, porém, uma luta permanente, na qual o pesquisador estaria derrotado antes de começar, se não conseguisse mobilizar – além de um conjunto de instrumentos e de técnicas – métodos específicos de construção e de análise.<sup>11</sup>

De modo a buscar assim, “[...] escapar das ingenuidades [...] sem cair nas simplificações redutoras; mas isto só será possível ao preço de um enorme trabalho [...]”.<sup>12</sup>

Esta postura permite compreender o imbricamento e a hibridização entre as representações rurais e urbanas na construção de uma trajetória de luta por terra e por uma vida melhor, empreendida por diversos sujeitos sociais, principalmente, as mulheres<sup>13</sup>.

O vivido social é marcado pela ambigüidade e pela incerteza, em um movimento permanente entre dominação/libertação. Não é possível dizer se as pessoas da terra e/ou da cidade são livres ou dominadas totalmente, mas pode-se dizer que vivem em busca de um devir, um lugar, um sossego possíveis entre os dois mundos: o da *liberdade* para procurar outra condição de vida para si e para os filhos e o da *dominação* por um modo capitalista de produção que gerou exclusão e expropriação e continua a criar, com maior ou menor intensidade, dificuldades de sobrevivência.

Para compreender esse vivido, com suas ambigüidades e imprecisões, as representações sociais são fundamentais. Essas são construídas por grupos de mulheres que orientaram sua busca por uma vida melhor ingressando em movimentos com o desígnio de conquistar a terra. Hoje esta luta apresenta outros sentidos, já que tais mulheres alcançaram o objetivo, são assentadas e, agora, redirecionam seus anseios cotidianamente para a permanência nesta terra, que significa moradia, assim como apego à natureza, distância da violência, sossego para criarem os/as filhos/as.

Tal permanência implica ainda a sua participação no espaço-tempo do assentamento, envolvendo os momentos de produção agropecuária até a comercialização dos produtos e também nas esferas de decisões políticas.

Nestes caminhos e descaminhos da pesquisa, encontrei muitas realidades, situações positivas, vidas em ritmo de festas, mas não deixei de encontrar pessoas desiludidas, que não alcançaram as perspectivas que as impulsionaram e as levaram a viver variadas adversidades para serem assentadas.

Portanto, há também, nesta trajetória de pesquisa, famílias que não chegaram à terra que permitiria o plantio de alimento, mas a uma terra “pronta” para o gado. Ou era uma terra infértil, fato que se transformou em desilusão e exige delas um esforço maior para fazê-las produzir o essencial à sobrevivência.

A pesquisa também mostra que outras não conseguiram a água tão sonhada e continuaram, por algum tempo, carregando baldes nas cabeças. Mesmo assim, a terra permanece como uma condição melhor para viver, em contraposição

<sup>11</sup> Idem, *ibid.*, p. 39.

<sup>12</sup> Idem, *ibid.*, p. 44.

<sup>13</sup> As pesquisas são desenvolvidas em Mato Grosso do Sul especificamente no sul do estado, com maior ênfase ao município de Itaquiraí, e são financiadas pela UFGD/FUNDECT/CNPq.



à cidade. Nestes casos, porém, o lote é apenas uma moradia, não é o lugar de realização do sonho.

Mesmo assim, a maioria das famílias afirmou que lutaria novamente por “um pedaço de terra”, o que me faz pensar que a condição vivida anteriormente não deixou alternativa, pois as pesquisas desvelaram que a trajetória dessas pessoas chegava ao ponto de extrema miséria, de desumanidade, de expropriação quase total de condições mínimas de sobrevivência e dignidade.

Por tudo isso, a vida nos assentamentos deve ser considerada em suas nuances, em sua ambigüidade, por ser um *espaço-tempo-travessia*, onde todos os esforços são construídos para que a *vida deixe de ser tão difícil de ser vivida*. Por isso, por tantas coisas, concordo, novamente, com Guimarães Rosa quando diz que “*Viver é um descuido prosseguido*.”<sup>14</sup>, e acrescenta: “*Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia*.”<sup>15</sup>

### 3. A vida-travessia nos assentamentos: permanências e mudanças

Nas trilhas da pesquisa, é possível notar que os homens e as mulheres chegam aos assentamentos e trazem uma história de vida rural e urbana que, com maior ou menor intensidade, define as estratégias familiares. As famílias (re)estruturam as alternativas para a permanência na terra conquistada com sacrifício e dificuldades em um percurso que se inicia no momento em que elas decidem participar de um acampamento, trajetória que se prolonga por anos.

Há registros de lutas que duraram/duram cerca de cinco, sete até dez anos ou mais, nas quais as pessoas convivem com a pressão da polícia e vivem em condições de incertezas quanto ao futuro e se, realmente, alcançarão o desejo, o sonho, como elas próprias definem: a terra fértil para plantar alimentos, para “fazer a rocinha”.

Diante de tal realidade, a memória dessas famílias é permeada por uma história de ocupação desigual da terra e também é alicerçada em ações de violência que as expropriaram e as expulsaram de seus lugares de origem, seja direta ou indiretamente, das cidades e dos campos. Este vivido gera força para sentirem a legitimidade da ocupação da terra, que nem sempre é um sentimento inicial, ele também é construído por meio da vivência no acampamento.

Para algumas famílias, o assentamento é uma oportunidade de volta à terra para outras, é uma alternativa ao desemprego, todas, contudo, sempre à espera de “melhorar de vida”. Porém, não deixa de ser também um novo espaço social conflituoso. Nele as relações de poder são reforçadas diante da necessidade de legitimação de diversos projetos que orientam as ações e a vida cotidiana.<sup>16</sup>

Os assentamentos rurais permitem que as famílias alimentem esperanças de que construirão, como expressa a música, um “*novo tempo apesar dos perigos*”<sup>17</sup> – espaço-tempo-travessia –, mas não longe de conflitos e de dificuldades, “*Da força mais bruta, da noite que assusta, [...] de toda fadiga, de toda injustiça [...]*”<sup>18</sup> que, em certos momentos, fogem ao controle do projeto familiar a se gestar e se modificar constantemente. Por isso, as relações sociais nos assentamentos não podem ser compreendidas com linearidade e determinismo.

A vida nos assentamentos é envolta de desafios e, em situações inesperadas, podem levar ao desencantamento e suplantam o encantamento e a mística inicial, sentimento este que minimizava os sofrimentos vividos nas incertezas e inseguranças do acampamento.

Frente a tais circunstâncias, neste momento, defino um caminho não linear, não obrigatório, não formalizador, que tenha sustentação teórico-metodológico para a análise da vida nos assentamentos considerando sua complexidade social, na busca de compreender a participação feminina, estudada por meio de reflexões acerca do vivido, com o intuito de perceber se as representações sociais de gênero são transformadas e/ou permanecem mediando a vida dessas mulheres.

Para tecer estas considerações, utilizo o sentido da identidade como um *constructo* contínuo que se gesta nos embates, na participação destas mulheres,

<sup>14</sup> ROSA, *Ibid*, p. 86.

<sup>15</sup> *Idem*, *ibid.*, p. 80.

<sup>16</sup> FARIAS, *op. cit.*

<sup>17</sup> Trechos da música *Novo Tempo* de Ivan Lins e Vitor Martins.

<sup>18</sup> *Idem*, *ibid.*

## Dossiê Campo e Cidade

além de trazer as marcas de outras experiências que se constituíram na trajetória de vida, com um sentido diverso para cada uma delas.

Aliada a esta reflexão, quero destacar a existência de outra perspectiva que me faz pensar esta participação feminina, objetivando ampliar tal concepção sem, no entanto, negar a importância da identidade, mas com o cuidado para não gerar uma análise reducionista, reforçadora de dicotomias, de separatismos e de isolamento das mulheres. De que modo isso ocorreria?

Este reducionismo poderia ser resultado de uma reflexão que, ao destacar a identidade feminina sem uma articulação com outras categorias teóricas, poderia negar a heterogeneidade e as disputas no interior deste grupo, especialmente por poder. E mais, tal situação poderia gerar dominações de pequenos grupos internos e as relações se alicerçariam em repressão, coerção e controle.

Diante de tal realidade, como as mulheres encontrariam alternativas para o enfrentamento do poder gestado fora de seu grupo, no âmbito da família, das instituições de modo geral, e em particular nos assentamentos?

Assim, proponho aliar à reflexão da identidade, o tema do *modelo de status* que, segundo Fraser, preconiza que o não reconhecimento de uma identidade gera subordinação social, pois impede a participação de pessoas com equidade nos grupos. A seguir, trago as afirmações da autora:

[...] o que exige reconhecimento não é a identidade específica de um grupo, mas a condição dos membros do grupo como parceiros integras na interação social. O não reconhecimento, consequentemente, não significa depreciação e deformação da identidade de grupo. Ao contrário, ele significa *subordinação social* no sentido de ser privado de *participar como um igual na vida social*.<sup>19</sup>

É perceptível nos assentamentos a falsa participação feminina, com uma aparência, um maqueamento do reconhecimento de sua colaboração nas instâncias decisórias, bem como no trabalho – na “lida” do campo – seja na roça, seja nas atividades com o gado, ou em outras necessárias à reprodução familiar.

As mulheres lançam mão, constantemente, de mecanismos de rupturas destas concepções que continuam a alimentar os mecanismos de subordinação social e de permanência do poder patriarcal que vejo, atualmente, como muito sutil e sorrateiro. As mulheres buscam uma reparação de sua exclusão histórica do espaço público, que não pode ser tomada como um determinismo. Tal exclusão deve ser questionada no intento de edificar transformações constantes. Isto é o que vêm fazendo as mulheres por meio de organizações ou individualmente em seu dia-a-dia.

Para tal ruptura em âmbito extenso, com mudanças estruturais nas relações sociais e também no interior dos assentamentos, as reflexões de Fraser são pertinentes quando salientam que:

Reparar a injustiça certamente requer uma política de reconhecimento, mas isso não significa mais uma política de identidade. No modelo de status, ao contrário, isso significa uma política que visa a superar a subordinação, fazendo do sujeito falsamente reconhecimento um membro integral da sociedade, capaz de participar com os outros membros como igual.<sup>20</sup>

A autora destaca que a participação dos membros é realizada de forma igual, neste caso, é possível remeter a reflexão aos acampamentos, quando muitas mulheres construíram uma identidade de liderança, com participação efetiva e, até mesmo, decisiva nos momentos de maior tensão. Já nos assentamentos, participam do ciclo de produção, mas as atividades desenvolvidas são consideradas como complementares ao trabalho do marido, isto é, uma ajuda. Vale ressaltar também que a presença das mulheres nas decisões desse processo produtivo, leia-se também, circulação/lucro e nas instâncias decisórias em diversos âmbitos do assentamento, ainda é menos evidente.

<sup>19</sup> FRASE, Nancy. Reconhecimento sem Ética? Tradução de Ana Carolina Freitas Ogando e Mariana Prandini Fraga Assis. *Revista Lua Nova*. n. 70, p. 101-138, 2007. p. 107, grifos da autora.

<sup>20</sup> Idem, *ibid*, p. 107-108.

Portanto, o reconhecimento como uma concepção de modelo de status não ocorre efetivamente nos acampamentos e nem mesmo nos assentamentos, com paridade participativa nas decisões e no direcionamento político da vida social e no núcleo familiar. Espera-se uma simbiose entre reconhecimento e redistribuição do poder, o que poderia permitir o empoderamento das mulheres.<sup>21</sup>

Deve-se dizer ainda que além de participarem da produção sem a efetiva igualdade de status, as mulheres se voltam para as responsabilidades dos afazeres domésticos – lavar, passar, cozinhar, cuidar das crianças –, enfim, exercem o aprendizado da sociabilidade que é imposto à mulher desde a sua infância, condição observada entre as crianças do assentamento, para as quais são ensinadas as atividades “apropriadas” conforme o sexo. Estas são representações que naturalizam uma condição biologizante das pessoas, o que faz resultar em conflitos de identidade e dificuldades em *se fazer mulher* e em *se fazer homem*.

Estes papéis diferenciados são definidores das relações mesmo sabendo que as mulheres realizam diversas atividades no processo produtivo, como, por exemplo, plantam, colhem, cuidam do gado, andam a cavalo, dirigem trator, dentre outras atividades que se fizerem necessárias.

Muitas destas atividades estão sob o controle de uma mulher, circunstância verificada em diversos momentos nas pesquisas de campo, dentre as quais é possível citar uma família<sup>22</sup> na qual a filha era responsável por tirar leite e transportá-lo até o resfriador, utilizando a carroça, uma atividade rotineira e geradora da principal renda desta família, como de tantas outras partícipes do processo investigativo. Em situações como esta, é comum ouvir a exclamação: “ela trabalha como um homem”. Esta, por sua vez, foi uma frase pronunciada com “orgulho” pela mãe.

Quanto às meninas, há situações similares, trabalho exercido e não reconhecido. Muitas delas foram encontradas trabalhando nos lotes, principalmente apartando bezerros ou cuidando daqueles que nasceram fracos ou doentes. Também existem situações em que as meninas são responsáveis por cuidar dos pequenos animais e dos arredores da casa, além de irem para a roça, quando necessário. Estas também são tarefas originadas do processo de cuidar, de doar-se a alguém ou a alguma atividade. Porém, envolve um esforço físico não considerado, o que parece reforçar a desigualdade de reconhecimento do trabalho feminino rural.

Entretanto, outras situações também foram observadas, como a de meninas responsáveis por apartar o gado, tirar o leite, sendo necessário andar a cavalo por todos os lados, dentre outras atividades que, de certa maneira, foram definidas como masculinas. Mesmo assim, novamente destaco que são atividades não apreciadas como trabalho, mas como uma ajuda em substituição ao menino. São arranjos e desarranjos nas relações sociais de gênero que refletem na constituição do trabalho com viés sexista.

Estes relatos comprovam o esforço, até mesmo inconsciente, de criar/manter a supremacia do homem sobre a mulher e o poder patriarcal vigente nas relações. Isso porque foi constatado que essas atividades – tanto das mulheres quanto das meninas – são computadas como ajuda, um fator que desvaloriza a força de trabalho feminina despreendida para além destas ações, por se estenderem para o espaço da casa. Ainda é possível observar uma justaposição de atividades que são, pouco a pouco, internalizadas e realizadas como uma obrigação “não sentida”, “sem sentir dor”, sem a percepção de uma imposição de papéis, com aceção de subordinação.

O inverso não foi observado, ou seja, os meninos, em grande maioria, não desenvolvem atividades no interior da casa, como, por exemplo, não lavam louça, não passam roupa, não cuidam dos pequenos animais, salvo quando são bem pequenos e acompanham as irmãs. Estas, contudo, ao mesmo tempo desenvolvem suas obrigações e cuidam dos irmãos menores.

A existência do caminho inverso, ou seja, resistências cotidianas à dominação patriarcal<sup>23</sup>, também se revelou no cotidiano dos assentamentos em um

<sup>21</sup> DEERE, Carmen Diana; LEON, Magdalena. *O empoderamento da mulher: direito à terra e direitos à propriedade na América Latina*. Tradução: Letícia Vasconcelos Abreu, Paulo Azambuja Rossato Antinolf, Sônia Terezinha Gehring. Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2002.

<sup>22</sup> Assentamento Nova Esperança, município de Jateí, 2006.

<sup>23</sup> Conf. MURARO, R.M.; BOFF, L. *Feminino e Masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002 e SAFFIOTTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. (Coleção Brasil Urgente).

enovelamento<sup>24</sup> da vida cotidiana. Tais resistências fragilizam as representações sociais de gênero que definem papéis diferenciados para mulheres e para homens.

Ao serem fragilizadas, as próprias representações abrem brechas ao possível no cotidiano, concretizadas nas atitudes assumidas por mulheres, seja decidindo o que plantar no lote, o que comprar, bem como não vender a terra. Porém, nem sempre tais decisões são reconhecidas e valorizadas. Dessa maneira, as atividades da mulher ainda continuam sendo consideradas como ajuda, como apêndice, com uma importância menor. Aos olhos dos homens, não há o reconhecimento de que são essenciais à reprodução familiar.

Neste sentido, não há o fortalecimento da identidade destas mulheres, nem a igualdade de status. Penso que os dois mecanismos deveriam ocorrer para a possibilidade de empoderamento feminino, mas volto a salientar o questionamento desta condição ocorre em um *continuum* das pessoas se fazendo pessoas, das mulheres se fazendo mulheres, como já destaquei, ou seja, as pessoas nunca estão prontas, estão sempre se aprontando, se concluindo, aprendendo a ser gente, como observa-se nas reflexões de Guimarães Rosa.

A resistência cotidiana das mulheres é também orientada pelas preocupações com o futuro econômico de suas famílias, haja vista a dificuldade para manterem uma produção necessária e digna à reprodução familiar, além de a necessidade de saldarem dívidas advindas de financiamentos<sup>25</sup>, o que resulta na ampliação dos conflitos e das ambigüidades: ficar na terra ou sair dela.

Em alguns assentamentos, frente a esta preocupação, as mulheres procuram criar mecanismos de participação objetivando definir alternativas de produção com características mais coletivas e solidárias. Desta sorte, imprimem novas conotações nas relações de trabalho e criam mecanismos para o reconhecimento de seu estatuto de trabalhadora rural e para a igualdade de participação como se preconiza no modelo de status.<sup>26</sup>

Porém, considero que se trata de um processo embrionário e que ocorre em alguns assentamentos principalmente naqueles em que há uma organização política mais profícua, um diálogo com governos<sup>27</sup> – inclusão em programas sociais – e a orientação constante de algum movimento social que oferece apoio, além de incentivar a organização coletiva e a implantação de cooperativas, como é o exemplo do assentamento São Judas, no município de Rio Brillhante<sup>28</sup>. Nesse assentamento, há a presença do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que liderou a luta pela terra e se mantém como mediador. Nele, as mulheres constituíram uma associação e realizam atividades de costura. Atualmente, confeccionam uniformes e comercializam em alguns lugares.<sup>29</sup>

Outro exemplo a ser citado é o da organização de um grupo de mulheres do assentamento Boa Sorte, que sob orientação do governo municipal, produz artesanato com folhas de bananeiras – bolsas, cestas, revestimentos para garrafas, dentre outros – e tecelagem, criando diversos produtos. Elas utilizam um selo específico, participam de feiras e comercializam os produtos.

Vale salientar que tais iniciativas são importantes, mas as mulheres encontram alternativas relacionadas às atividades historicamente definidas como femininas, ou seja, aprendidas no processo de socialização, tais como: artesanato (bordar, pintar, dentre outras), costura, culinária.

Não quero, com isto, desmerecer qualquer uma dessas atividades, nem mesmo desconsiderar a dinâmica positiva do processo. Isto porque esta alternativa promove a oportunidade para as mulheres estarem em outros lugares, conhecerem e conversarem com várias pessoas. Com isso, amplia-se também a troca de experiências, enfim, são momentos propícios para a convivência coletiva e para adentrarem o espaço público. Estas mulheres instituem possibilidades de ressocialização.

Esta ressocialização foi verificada diante da afirmação das mulheres, quando uma delas, ao mostrar-me um artesanato confeccionado com fibra de bananeira, lembrou-se que era uma atividade desenvolvida por sua mãe no passado, que lhe foi transmitida em sua infância e adolescência e que, no presente, é reelaborada por ela.

<sup>24</sup> Utilizo com o sentido de ambigüidade, embricamento e simbiose, permeados pela dominação e imposição de determinados interesses e projetos. Suas pontas são a visualização da especificidade de cada um, moldando o conflito, possibilitando o movimento interno. Enfim, o *nó* é a situação conflitiva. Sentido tomado de empréstimo da idéia de *nó* cunhada por Saffioti, ao estudar e procurar desvendar os três contextos da organização social: classe, gênero e etnia/raça.

<sup>25</sup> Nos assentamentos encontrei diversas famílias em condições precárias de sobrevivência e com dificuldades para pagarem os financiamentos adquiridos, fato que não permite acesso a outros, inviabilizando o processo produtivo.

<sup>26</sup> No mês de abril de 2007, falei com Dona Apolônia, no assentamento Lua Branca em Itaquiraí-MS. Esta havia recebido sua primeira aposentadoria como trabalhadora rural e vislumbrava um futuro melhor com esta renda adicional. Por outro lado, outra mulher deste mesmo assentamento espera há anos por tal benefício, são marcas da ambigüidade e das dificuldades encontradas por estas famílias para permanência na terra.

<sup>27</sup> O governo municipal cria alternativas e formas de apoio às famílias assentadas, como é o caso de Itaquiraí-MS, município onde estão localizados os assentamentos envolvidos nas pesquisas desenvolvidas. No Município de Dourados, observa-se políticas de inclusão à implementação do Projeto de Economia Solidária que envolvendo os assentamentos Guaçu e Lagoa Grande.

<sup>28</sup> Neste assentamento, foi realizado um “Dia de Campo” com acadêmicos/as do Curso de Geografia da UFGD, como atividade de Mini-Curso por mim ministrado no ano de 2006.

<sup>29</sup> Ocorreu uma parceria com o governo do estado de MS, no ano de 2006, durante a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) e com uma empresa do setor de confecção do município de Campo Grande. Na UFGD, recentemente, foi criada a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares que desenvolverá ações de geração de trabalho e renda. Este grupo, dentre outros, participará do processo de incubação.



Outras mulheres, em um encontro ocorrido com a equipe de pesquisa, afirmaram que ao desenvolverem as atividades de artesanato em grupo, conversam sobre diversos assuntos relativos à família (marido, filhos, sonhos, dificuldades), ao assentamento (fatos corriqueiros, produção, religião) e sobre suas próprias aspirações íntimas (corpo, sexualidade, relacionamento com os maridos e filhos).

Essas reflexões não ocorrem no interior das famílias com a constância e a liberdade necessárias, o que presumiria alterações qualitativas nas relações de gênero que ainda são em grande medida articuladas sob princípios de complementaridade entre mulheres e homens, sexismo e preconceito, solidificados sob um *habitus* de gênero. Esse *habitus* resulta nas práticas sociais que separam o corpo e a mente, como se os sentimentos, os desejos e as aspirações sexuais estivessem em âmbitos opostos da racionalidade e do corpo que carrega as marcas e os sentidos de uma trajetória de vida.

Um *habitus* que fortalece os papéis diferenciados para homem e mulher, estabelecendo limites e barreiras para a efetivação de alterações cognitivas e de valores nas relações de gênero, as quais se estenderiam para as instâncias de poder e de decisão nos assentamentos.

Diante disso, afirmo que encontram-se, neste episódio, mais uma diversidade e uma ambigüidade da vida-travessia sendo vivida em meio às permanências e mudanças de costumes. Há um *habitus* que não se desmancha no ar diante do sofrimento, mas se recompõe entre as lembranças de tempos remotos e de vivências do tempo presente. Entendo o *habitus*, refletindo com Bourdieu<sup>30</sup>, como um processo de aprendizagem que envolve um conjunto de valores, normas, regras, costumes que caracterizam estilos de vida de diferentes grupos sociais. Esse conjunto define escolhas e classificações que podem orientar a ação dos sujeitos e influenciar nas representações sociais de gênero.

Assim, a prática das mulheres e dos homens está, de certa forma, ligada ao *habitus* que estes interiorizaram e se manifesta diante das suas escolhas, como também da organização de suas relações sociais e da apreensão da realidade na qual vivem. Tal situação pode definir ainda a forma conservadora de pensar as relações de gênero na família.

Há que se destacar a existência da relação direta entre *habitus* e as condições sociais, pois o gosto, as escolhas e as visões de mundo estão inter-relacionadas com a estrutura social e a luta de classes. Esse imbricamento pode facilitar ou dificultar a vida das famílias, por isso tal conjunto de valores não passa somente pelo plano da subjetividade, mas sofre influência das condições objetivas, como aponta Bourdieu, a “objetividade interiorizada”.

Assim, as famílias podem ter o sonho, idealizar um projeto, um estilo de vida, mas esbarram na situação concreta, nas condições da estrutura social, sua prática não se realiza por si só, ou por sua vontade e necessidade apenas, mas é influenciada pelas condições sociais, ou seja, pela objetividade internalizada. Há uma distância entre o desejado e o praticado.

Esse conflito entre desejo e realidade se configura num espaço de relações que Bourdieu denomina de *campo*, nele se concretiza a luta entre as necessidades das mulheres e dos homens e entre eles próprios em busca da resposta para tais anseios e entre estas pessoas e a estrutura social.

Enfim, considero que as alterações nas relações de gênero se fazem por meio da mediação entre a reprodução das relações sociais e a possibilidade de sua transformação, lançando mão da prática dos grupos sociais, que mesmo em certas situações se encontram condicionadas ao que é possível fazer diante das condições objetivas e da internalização do *habitus* no qual está arraigada uma característica de classe social.

Parafrazeando Mattos, que se pauta em Bourdieu, apresento meu entendimento acerca da classe social:

<sup>30</sup> Várias obras deste autor podem ser consultadas, dentre elas BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989; e BOURDIEU, P. *Razões Práticas*, São Paulo: Papirus Editora, 1997.

## Dossiê Campo e Cidade

Segundo Bourdieu, o conceito de classe não está ligado tão-somente ao lugar que o indivíduo ocupa na produção, ou seja, a dimensão econômica, mas também a uma dimensão sociocultural que está relacionada a determinadas percepções de classe. Sendo assim, existe uma dimensão “simbólica” na situação de classe.<sup>31</sup>

As mulheres do campo – que podem ser consideradas pertencentes às classes baixas – efetivam sua identidade considerando algumas normas costumeiras. Muitas vezes, o silêncio é a forma de linguagem mais significativa, o que se verifica como uma negação da fala do homem, percebida diante do olhar, da expressão do rosto ou de um sorriso “disfarçado”.

A não participação em conversas com pessoas que chegam a casa ou nos momentos de refeições é uma forma também de demonstrar um *habitus* de gênero internalizado, de espaços diferenciados para mulheres e homens, como já presenciei em uma família, cuja mulher não se sentou à mesa. O espaço foi ocupado por mim – pesquisadora –, o marido e o irmão, atitude justificada pela seguinte afirmação da mulher: “estou sem fome, almoço depois”.

Esta mesma mulher, em outra ocasião, demonstrou formas de resistência significativas<sup>32</sup>. Ela afirmou ser capaz de dirigir trator, plantar e colher – o que fazia como tarefa diária –, destacou ainda que o dinheiro que conseguia economizar era utilizado para visitar a mãe, o que fazia constantemente porque conseguia trabalhar em seu lote e em outros como diarista. Tal atitude trazia para esta mulher o sentido de autonomia e liberdade para utilizar sua renda objetivando estreitar laços com sua mãe.

Mais uma vez, é impossível analisar a realidade dos assentamentos como modelos ou pré-definições, mesmo afirmando que as atividades são reproduções de outros tempos e de uma socialização voltada para que as mulheres cumpram papéis de cuidado, de sensibilidade e de delicadeza, elas encontram – ao desenvolverem atividades grupais – espaços para resistência.

Tal impossibilidade é perceptível diante das duas situações citadas: as mulheres que no grupo expressam-se com liberdade e a mulher que encontra formas simbólicas de expressão, consideradas aqui, como formas de resistências.

Ao falarem, ao demonstrarem sentimentos, necessidades e angústias, as mulheres em grupo se fortalecem e criam espaços de solidariedade e de troca de experiências, mesmo reproduzindo atividades “ditas femininas”. São momentos de riso, em que podem se expressar sem restrições e ainda questionar o poder patriarcal. Para isso, utilizam a zombaria para falar dos maridos destacando suas fragilidades, o que não fazem quando estão em sua presença ou durante a realização de entrevistas. Nestas situações, as mulheres não falam diante de seus maridos, escolhem as palavras, são breves nas afirmações, têm muito cuidado com o que dizem em uma demonstração, às vezes, de medo e de fragilidade diante da figura masculina.

Quanto à outra mulher, mesmo solitariamente, mas com apoio na figura da mãe, também constrói mecanismos de resistência e de rupturas da dominação masculina. Porém, considero que, em ambos os casos, há uma dificuldade em distinguir e definir os alicerces da dominação masculina.

Destaco que encontrei e continuo encontrando tudo isso nos assentamentos: mulheres resistindo de diversas formas à dominação masculina e na procura por emancipação e maior liberdade, seja desenvolvendo as atividades agropecuárias, seja as atividades artesanais – a que me referi anteriormente.

Porém, nas duas situações persiste o desejo *também ou como atividade principal*, de participação no processo produtivo que envolve as potencialidades do lote adquirido na luta pela terra, que em grande parte elas foram protagonistas. Desejam ainda o estatuto de trabalhadoras rurais e almejam definir os rumos da produção e da renda obtida nesta terra. Decisões estas que resultam no empoderamento da mulher que ainda, na grande maioria das famílias, estão sob o poder dos homens dominantes do espaço público e das instâncias decisórias dos assentamentos.

<sup>31</sup> MATTOS, Patrícia. A Mulher Moderna Numa Sociedade Desigual. In. SOUZA, Jessé. *A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira*. (Org.) Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 162.

<sup>32</sup> Este momento trago em minha memória como uma experiência que me levou à reflexão de minha condição de mulher/pesquisadora, fez aflorar algumas ambigüidades em minha própria identidade. Fui, então, levada a pensar o verdadeiro significado de minhas pesquisas, que influenciam, também, na constituição de minha própria identidade, efetivada diante de contradições de classe e de valores. Esta situação ocorreu no processo de pesquisa para o meu doutoramento, entre os anos de 2000 a 2002.

Nesse sentido, se as atividades e o trabalho desenvolvidos pelas mulheres se resumirem àquelas que as distanciam dos espaços de poder, fortalecerão uma representação social voltada à identidade materna, e mais, estarão estendendo e relacionando atividades produtivas com uma “essência feminina” de cuidado e delicadeza, enfraquecendo sobremaneira a participação com igualdade na vida política dos assentamentos, preconizada pelo modelo de status.

Importa salientar quão importante se torna o trabalho para a estruturação de subjetividades que definem o campo da produção de significados para a vida social. A subjetividade é entendida como um processo amplo de construção de sentidos, constituído de modo individual e coletivo, sócio-cultural e histórico, portanto, se delinea diante de múltiplas experiências constituídas cotidianamente, quando o sujeito orienta a sua ação no mundo.

Pressupõe-se que há uma correlação entre ser e estar no mundo, influenciada pelas vivências dos sujeitos – mulheres e homens – e dos grupos sociais. Assim, a subjetividade é um processo complexo de definição de sujeitos coletivos e de indivíduos singulares com responsabilidades sociais e históricas.

Diante disso, ratifica-se a importância da relação direta com a terra para a configuração da identidade da mulher trabalhadora rural, para que seu trabalho não seja uma atividade complementar, mas fundamental para a reprodução familiar. Assim, ela estaria compondo um núcleo decisório já no interior da família, com possibilidades de ampliação para o espaço público, já que estaria fortalecida e em processo de empoderamento.<sup>33</sup>

As mulheres empreendem esforços cotidianos para conquistarem espaços importantes nos assentamentos, em um contexto no qual constroem as representações sociais de gênero para a efetivação de sua identidade, no jogo entre situações de dominação e de libertação em um movimento de imposição de poder de indivíduos, principalmente, a figura masculina, por vezes, o pai, um irmão, um filho, o marido; e de grupos, levando-as a estruturarem resistências simbólicas diárias contra tais imposições.

Dentre muitas visitas realizadas nos assentamentos, participei de alguns momentos considerados espaços democráticos importantes, com debates entre as mulheres para a apresentação de suas necessidades e perspectivas individuais e coletivas, para a melhoria da renda familiar e para a conquista de espaços de participação política.

Nesses momentos, levantaram a necessidade de formarem cooperativas e/ou associações, entre outros assuntos, inseridos em um contexto variado de prioridades intercaladas com necessidades radicais, mas também simbólicas e subjetivas, como o desejo de maior liberdade sexual, de controle do seu corpo, como também do seu tempo de trabalho e de festa.<sup>34</sup>

As mulheres vivem uma simbiose entre a assimilação do papel de mãe e de dona de casa competente e a resistência, invisível, velada, mas também concreta a esse modelo. Para alterar drasticamente tal situação, haveria a necessidade, segundo Massi, de uma “reorganização interna das imagens de homem e mulher, sem a qual não é possível operar em nível social”<sup>35</sup>, e que, além disso, de acordo com a mesma autora “[...] há muito para ser transformado no funcionamento familiar e doméstico”<sup>36</sup>, principalmente nesse espaço social de conflitos e de reconstruções. Esse espaço é marcado por relações familiares contraditórias, ora com a predominância de fortes valores tradicionais da família patriarcal rural, ora com sua descaracterização pelos valores urbanos e práticas sociais “novas” adquiridas ao longo de tantas andanças nos campos e nas cidades.

Contudo, não é possível esquecer que tais configurações familiares também passam por mudanças e trazem à tona a representação da “mulher de luta” fundamentada na trajetória de permanência no acampamento e a transição para o assentamento, quando muitas mulheres tiveram um papel importantíssimo, enfrentando, lado a lado com os homens, as dificuldades rumo ao reconhecimento do direito à terra e a conquista de uma “cidadania menos precária”<sup>37</sup>. Esse processo se dá no conjunto da efetivação e da troca de saberes antigos e novos entre

<sup>33</sup> DEERE; LEON, 2002. Op cit.

<sup>34</sup> Assentamento Santa Rosa em Itaquiraí-MS, 2007.

<sup>35</sup> MASSI, M. *A vida de mulheres: cotidiano e imaginário*. Rio de Janeiro: Imago Ed, 1992. (Série Logoteca), p. 47.

<sup>36</sup> Idem, *ibid*, p. 48.

<sup>37</sup> SAFFIOTI, H. I. B.; FERRANTE, V. L. S. B. 1986/87. Da casa para a “rua”; a caminhada das mulheres bóias-frias. In. *Rev. Perspectivas*. São Paulo. v. 9/10, p.100.

## Dossiê Campo e Cidade

homens e mulheres, quando, então, são ampliadas as expectativas e os sonhos por um lugar melhor para viver.

Diante disso, percebo que os caminhos são múltiplos, ora com maiores expressões de domínio, ora de liberdade, de modo que as mulheres procuram construir resistências simbólicas, para alterações da condição feminina de submissão. Elas buscam o seu empoderamento no cotidiano dos assentamentos, especialmente, quando se agrupam para definirem rumos a sua participação nas instâncias decisórias dos assentamentos, reivindicando uma equidade de gênero na família e na política, de modo a eliminar uma condição de submissão social.

É preciso reforçar que em vários momentos do futuro projetado pela imaginação feminina, as mulheres almejam um lugar de maior liberdade e de maior solidariedade com os homens, contrapondo-se ao imaginário herdado de uma socialização fundada na ética do cuidado familiar e da complementaridade. Tal imaginação aflora, muitas vezes, de maneira pouco racionalizada conscientemente. Em outras vezes, ela não se expõe, exigindo modificações, mas com variadas continuidades. São resistências e acomodações concretizadas em um jogo de intenções sociais que está longe de ser linear e definitivo.

Nesse sentido, nada é definitivo na vida-travessia, não se sabe para onde vão as relações de gênero, sabe-se, no entanto, que as pessoas não estão prontas e os caminhos não são definitivos na via-travessia com suas variadas interpéries. As pessoas fazem os caminhos e nestes vão se fazendo como mulheres e homens que esperam alcançar felicidade, respeito e fartura *“com toda a força e com vontade, a felicidade há de se espalhar com toda intensidade. Há de molhar o seco, de enxugar os olhos, de iluminar os becos. Antes que seja tarde.”*<sup>38</sup>

*Contribuição recebida em 25.05.2008 e aprovada em 27.06.2008.*

<sup>38</sup> Trecho da música *Antes que seja Tarde* de Ivan Lins e Vitor Martins.